

# *Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju*

## **FORMAÇÃO POLÍTICA SUBJACENTE A FORMAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DO EDUCADOR NO ATENDIMENTO AOS EDUCANDOS AUTISTAS NA CONTEMPORANEIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES**

*"Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda." (Paulo Freire)*

**PRZYLEPA, Mariclei**

**maprzylepa19@gmail.com**

**Rede municipal de Ensino de Dourados**

**Eixo 1:** Pesquisa, Formação de Professores. Práticas Pedagógicas

**Resumo:** O presente artigo visa suscitar reflexões sobre a relevância social da formação política, psicopedagógica, e psicomotora do educador no contexto atual. Para tal, apresenta o cenário socioeconômico e suas intervenções na educação, bem como explicita a constituição de tais formações e dialoga acerca das contribuições das mesmas para a construção da consciência política e especializada dos educandos e, conseqüentemente, no trato dos autistas. A pesquisa teve como alicerce o referencial metodológico bibliográfico.

**Palavras-chave:** Psicopedagogia. Formação Política. TEA.

### **Introdução**

O texto foi redigido com o objetivo precípua de suscitar algumas questões acerca da relevância da formação política subjacente, a formação psicopedagógica do educador no trabalho com os educandos autistas, no ensino regular na contemporaneidade. Para tanto, dialoga-se sobre o contexto socioeconômico em curso e sua interface com as políticas educacionais, bem como sobre a base epistemológica que pautam tais formações e sua relevância no trato do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

### **Os desafios Educacionais no contexto Neoliberal**

Compreende-se que os aspectos socioeconômicos, históricos e culturais presentes na sociedade não determinam as políticas públicas educacionais, mas as condicionam de tal

## *Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju*

forma que a concepção de educação a ser legitimada perpassa a formação de um sujeito adaptável ao meio social. Adverte-se que, essa adaptação na atualidade é, cada vez mais, referenda pelo ideário neoliberal em curso na sociedade capitalista. Como forma de “garantir” os pressupostos neoliberais na educação busca-se elaborar e materializar políticas educacionais pautadas na reforma de Estado, a qual visa à legitimação da acumulação do capital e para tanto, defende um Estado mínimo para as políticas públicas sociais, e “máximo” para o mercado.

Nessa direção, Silva e Gentili (1999) esclarecem que as políticas educacionais implementadas pelas administrações neoliberais, notadamente a partir de 1990, restringem-se às reformas educacionais as quais buscam por um lado estabelecer mecanismo de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais promovendo e garantindo a materialização dos princípios meritocráticos e competitivos. Por outro lado, articula e subordina a produção educacional às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho. Sendo o mercado de trabalho orientador das decisões em matéria de política educacional.

Logo, observa-se um Estado mínimo com relação ao financiamento da escola pública e máximo no que se refere a definição do conhecimento oficial, a ser contemplado nos currículos escolares, e no estabelecimento de mecanismos verticalizados e antidemocráticos de avaliação do sistema. Desta forma, o Estado retira a autonomia pedagógica das instituições e dos educadores os quais passam a serem vistos como meros executores das políticas educacionais, a qual objetivam a formação de mão de obra para o mercado, ou seja, formação do capital humano orientado para a legitimação do *status quo*.

Salienta que, na contemporaneidade o projeto educacional, em curso, busca legitimar os ideários neoliberais de educação pautados na tecnologia e na economia globalizada, como resultado o mercado de trabalho passa a orientar as decisões referentes a política educacional. Tal orientação ocasionou mudanças significativas, tanto nos conhecimentos a serem trabalhados na e pela escola como no fazer pedagógico do educador. O saber produzido na escola foi minimizado, ocorreu uma negação do papel histórico e social do conhecimento, e as práticas pedagógicas são privadas de concepções políticas consubstanciando-se, assim, em instrumentos permeados pela racionalidade técnica. O currículo escolar nutre-se de conteúdos descontextualizados, despolitizados e centra-se em métodos e estratégias de como ensinar e não o quê, o porquê e para quem ensinar.

As instituições escolares passaram a serem concebidas como empresas, sendo que a gestão escolar passa a ter os mesmos preceitos da gestão gerencialista, o educando começa a

## *Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju*

ser visto como cliente e o educador como empreendedor, a burocracia ampliam-se e reduz-se a dimensão política na administração escolar. Os preceitos empresariais não consideram o ser humano por concebê-lo como um mero agente econômico e suscita um esvaziamento da função social da escola, pois passa-se a enfatizar a preparação para o trabalho em detrimento da formação humana, ética e política. Não se concordando com este esvaziamento, corrobora-se com a denúncia e o chamado para a “luta” de Paro (1999, p. 109):

[...] preparação para o trabalho tem significado sempre preparação para o mercado, com prejuízo de funções mais elevadas da escola. Isso precisa ser combatido de forma veemente, pois trata-se de arrebatar a escola (seus fins e propósitos) das mãos do capital, ou pelo menos fazer o máximo nesse sentido.

Entende-se que, uma escola esvaziada de conteúdo político e centrada na transmissão de conhecimentos descontextualizados, fragmentados e a-históricos torna-se incapaz de formar uma consciência crítica nos educandos, impossibilitando com isto a apreensão e a compreensão da realidade vivida. Desta forma, o ensino não contribui para a libertação dos sujeitos e nem tampouco para a superação das relações desiguais existentes no contexto social, pois não evidencia as contradições que permeiam a sociedade capitalista. Sendo assim, defende-se que somente a educação “[...] para a libertação, responsável em face da radicalidade do ser humano, tem como imperativo ético a desocultação da verdade [...]” (Freire, 2001, p. 45).

Não comungando dos ideários neoliberais de educação defende-se uma escola como locus de resistência e luta, a qual seja solidária, igualitária e que instrumentalize os educandos nos campos das ciências, das tecnologias e das comunicações de maneira que os conteúdos escolares permitam o desvelamento da realidade.

Portanto, a classe proletária deve se apropriar da ciência, da tecnologia, da filosofia, da arte e de todas as conquistas culturais construídas pela humanidade historicamente. Esse conhecimento apreendido e compreendido pela classe dominada, “[...] serve como elemento de sua afirmação e emancipação cultural na luta pela desarticulação do poder capitalista e pela organização de uma nova ordem social” (Paro, 1986, p.105). Para tanto, a educação é um dos instrumentos fundamentais se for compreendida segundo “[...] Freire como um ato político, ato de conhecimento e ato criador. [...]” (Gohn, 2009, p. 22). Entende-se que, para um país ser democrático a educação como ato político deve:

## *Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju*

[...] propiciar a homens e mulheres os instrumentos necessários para o seu auto entendimento e entendimento coletivo de que a sua existência é mobilizada por condições específicas que não se afastam da dimensão política e ao mesmo tempo são elas criadas e modificadas por eles como atores sociais, construtores de sua autoprodução (Lima, 2015, p.116).

Nesta acepção, torna-se essencial recuperar a possibilidade da escola e do professor de atuarem como agentes transformadores. O educador necessita assumir uma postura crítica, dialética e emancipadora frente as mazelas sociais. A postura dialética concebida enquanto continuidade-ruptura, continuidade significa reconhecer e partir do que está dado, e ruptura é o esforço de negação do que está dado, naquilo que tem de desumano, possibilita pensar o real em sua totalidade e, assim, compreender as contradições/mazelas sociais com vistas a superá-las (Vasconcellos, 2003).

Contudo, a luta contra hegemônica é tarefa de educadores que ousam pronunciar verdadeiramente a palavra e acreditam que um mundo melhor se faz necessário, o qual será concretizado por meio da problematização do real vivido, tendo em vista que:

[...] a existência humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (Freire, 2005, p. 78).

Porém, alerta-se que nesta luta a consciência crítica é fundamental, pois, somente, ela é capaz de transformar o homem de um mero espectador do processo histórico para um sujeito agente do processo que capta as contradições sociais do real e realiza inferências libertadoras. A libertação<sup>1</sup> do sujeito é construída na ação e reflexão dos homens sobre o mundo visando transformá-lo. As contradições do real são vistas, segundo Gramsci, na medida que a escola ensina desde os anos iniciais da escolarização as noções de Estado e de Sociedade, construído, assim, outra concepção de mundo nos educandos, em suas palavras:

---

<sup>1</sup> “Obviamente, a superação [...] não está nos discursos e nas propostas moralistas, mas num clima de rigorosidade ética a ser criado com necessárias e urgentes transformações sociais e políticas. Transformações que, por sua vez, vão viabilizando cada vez mais a posta em prática de uma educação voltada para a responsabilidade. Voltada, por isso mesmo, para a libertação das injustiças e discriminações de classe, de sexo e de raça” (Freire, 2001, p. 44).

## *Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju*

[...] ao lado do ensino das primeiras noções “instrumentais “da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história), deveria desenvolver notadamente a parte relativa aos “direitos e deveres”, atualmente negligenciadas, isto é, as primeiras noções do Estado e da sociedade, como elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais [...] (Gramsci, 1982, p.122).

Destaca-se que, a visão crítica que fomenta a emancipação humana advém de uma formação política. Sendo assim, o educador, somente, terá uma prática pedagógica crítica e, conseqüentemente, formará uma consciência crítica nos educandos se sua formação tiver alicerçada em bases políticas, pautada em uma racionalidade crítica e não técnica.

Entretanto, torna-se ser necessário esclarecer que a racionalidade crítica baseada na práxis<sup>2</sup> (ação-reflexão-ação) parte de uma perspectiva de trabalho problematizador e desvelador dos conflitos sociais. Nesta perspectiva, o educador busca construir conhecimento com seus educandos de modo que os mesmos apreendam e transformem suas realidades. Enquanto que, a racionalidade técnica parte de uma perspectiva tecnicista e reprodutora do conhecimento. Dessa forma o professor é visto como um técnico que reproduz seu saber visando a formação de habilidades e competências técnicas, sem nenhuma proposição de leitura de mundo e transformação social. Então, corrobora-se com a assertiva que:

[...] seria muita ingenuidade não problematizar o fato de que uma educação universalizante, humanizante e democratizante em si, somente é pauta de discussão em nível de projeção ideal no sistema teórico capitalista, enquanto instrumento de conservação de suas estruturas. Não há esforço para qualquer rompimento da expropriação do homem pelo capital e a construção de uma teoria social capaz da superação da luta de classes nessa perspectiva. Embora se tenha em mente que as políticas públicas, particularmente as de educação, têm a incumbência de reunir todos os segmentos sociais para a elaboração do que se pretende na totalidade social e isso até acontece, até determinado ponto, não ocorre efetivamente a materialização de direitos comuns, o acesso à educação de qualidade, a condição de espaços de universalização (Lima, 2015, p. 119).

No entanto, desvelar os conflitos sociais requer sujeitos capazes de lerem suas realidades em sua totalidade, ou seja, ter uma visão de conjunto da sociedade atual, uma visão acerca do contexto socioeconômico, histórico e cultural, bem, como das contradições surgidas no capitalismo. Porém, a visão de totalidade advém de uma formação para além da técnica, da

---

<sup>2</sup> A práxis é reflexão e ação dos homens no mundo para transformá-lo (Freire, 2005).

## *Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju*

prática, do abstrato, ela exige uma formação política, uma nova maneira de ser do sujeito, nas palavras de Gramsci:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político) (Gramsci, 2001, p. 53).

Entende-se que, somente, este novo intelectual (educador) poderá realizar uma “[...] intervenção competente e democrática [...] nas situações dramáticas em que os grupos populares, demitidos da vida, estão como se tivessem perdido o seu endereço no mundo. Explorados e oprimidos a tal ponto que até a identidade lhes foi expropriada<sup>3</sup>” (Freire, 2001, p. 27).

O contexto apresentado explicita a relevância de uma formação política, que se consubstancie em uma consciência política, no combate a ideologia neoliberal propulsora da acumulação do capital e, conseqüentemente, das mazelas sociais.

Neste sentido, os papéis das instituições formadoras são essenciais, dentre elas as universidades, comprometidas com a formação humana e social e os sindicatos dos trabalhadores, tendo em vista que eles foram concebidos, historicamente, na perspectiva de contribuir na garantia dos direitos sociais e na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores como evidencia os estudos de Rosso, Cruz e Rêses (2011, p. 113):

[...] A definição geral de sindicato proposta pelos Webb (1973, p. 1) perdura durante anos e permite iniciar o debate: “um sindicato é uma associação contínua de assalariados com o objetivo de manter ou melhorar as condições de suas vidas”. Dessa definição podem ser extraídos critérios importantes. Tome-se o princípio de que o sindicato é uma associação. Lutas individuais ou isoladas contra a exploração do trabalho não representam sindicatos. O sentimento de exploração, a consciência da exploração é uma condição para a existência de sindicato, desde que conduza à organização dos assalariados e que, portanto, represente uma ação coletiva.

---

<sup>3</sup> “É preciso deixar claro, [...] que a superação de uma tal forma de estar sendo por parte das classes populares se vai dando na práxis histórica e política, no engajamento crítico nos conflitos sociais. O papel, porém, do educador neste processo é de imensa importância” (Freire, 2001, p. 27).

## *Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju*

Ressalta-se que, na formação da consciência política do educador os sindicatos dos professores são relevantes, tendo vista a precarização da educação com “o descaso das políticas educacionais por uma educação massiva e de qualidade é uma condição constante de enfrentamento entre educadores, governos e empresários da educação” (Rosso; Cruz; Rêses, 2011, p. 128) e com as más condições de trabalho dos educadores.

Por fim, corrobora-se com a compreensão de Lima que a educação como prática da liberdade suscita a emancipação da consciência do sujeito, uma vez que desperta nos “[...] os atores sociais motivações para mudanças e enfrentamentos para a coerência entre discursos políticos e efetivação, para o encaminhamento de uma sociedade democrática, projeto anunciado na atualidade e pouco materializado” (Lima, 2015, p. 120).

Conduto, acredita-se que na contemporaneidade para o atendimento aos educandos “ditos normais” e as pessoas com deficiências, consequentemente o TEA, faz se necessário além da consciência política, a qual contribui para a apreensão que somos únicos e diferentes em vários aspectos (físico, biológico, social, cultural, etc), conhecimentos advindos da psicopedagogia, uma vez que estes ampliam a compreensão em relação a singularidade e a diversidade humana e seus diversos contextos e fornecem mecanismos mais específicos ao trabalho com tais educandos.

Haja visto que, o TEA<sup>4</sup> apresenta uma “[...] alteração comportamental que afeta a capacidade da pessoa em se comunicar, estabelecer relacionamentos e a responder apropriadamente ao ambiente em que vive”, por isso a necessidade e a importância das adaptações pedagógicas (Brito; Sales, 2014, p. 23). Faz-se necessário romper com as generalizações que caracterizam os autistas quanto à comunicação, socialização e interação, tendo em vista que, cada sujeito possui suas limitações, habilidades e potencialidades, apresentando características particulares.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014) pode-se analisar que a pessoa com TEA apresenta déficits na comunicação (linguagem verbal e não verbal), na interação social (relações sociais e interação) e no comportamento (interesses restritos, movimentos estereotipados e repetitivos), o que forma a tríade

---

<sup>4</sup> O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) apresenta alguns critérios para o diagnóstico no caso do TEA: A - Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos; B - Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades; C - Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento (mas podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida).; D - Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente (DSM-V, 2014, p. 91).

## *Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju*

caracterizadora do transtorno. Logo, a defesa que as adaptações pedagógicas que podem melhorar a comunicação, socialização e o aprendizado do autista, tanto no ambiente escolar como familiar, podem ser suscitadas, dentre outras ciências, pela psicopedagógica<sup>5</sup>.

### **A Psicopedagogia na Prática Pedagógica**

Pois, como se sabe, a psicopedagogia estuda a aprendizagem humana que é social, emocional e cognitiva e, mais, um sujeito consciente pensa, sente e age em um ambiente nutrido de aspectos subjetivos e objetivos, individuais e coletivos. Somos seres de sensações e conhecimento de ser e se tornar, de não saber e saber (Fernández, 2001).

Outrossim, a psicopedagogia é a ciência que analisa o sujeito em sua singularidade considerando sua humanidade, seus ambientes, e todas suas relações vividas/sentidas e experienciadas de forma individual e coletiva. Ela oportuniza a tomada de consciência dos instrumentos adequados à socialização, ao trato com a afetividade, a análise de representações simbólicas das crianças, que contribui para o seu desenvolvimento cognitivo e social, bem como suscita um olhar coletivo sobre a prática do processo de ensino aprendizagem contribuindo significativamente com os percursos de interações e aprendizados dos educandos autistas.

Ressalta-se que apesar das legislações e políticas públicas educacionais visando à inclusão dos educandos com deficiência no ensino regular, sua permanência e principalmente a qualidade oferecida nos estabelecimentos de ensino nem sempre asseguram seu desenvolvimento e aprendizado de maneira satisfatória.

Ou seja, os aspectos referentes a capacidade de socialização e o desenvolvimento das habilidades motoras e competências cognitivas, muitas vezes, do TEA não são trabalhadas de modo a proporcionar autonomia e progressão escolar devido a própria dificuldade dos educadores em ter conhecimento e domínio das estratégias pedagógicas necessárias para tal. Logo a defesa que se faz é, na medida do possível, por uma formação política subjugada a formação psicopedagógica dos educadores regentes por entender que tais formações podem

---

<sup>5</sup> A psicopedagogia nasceu como uma ocupação empírica pela necessidade de atender as crianças com dificuldades na aprendizagem, cujas causas eram estudadas pela medicina e psicologia. Com o decorrer do tempo, o que inicialmente foi uma ação subsidiária destas disciplinas, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuidor de um objeto de estudo (o processo de aprendizagem) e de recursos diagnósticos, corretivos e preventivos próprios. (Visca, 1987, p. 33)

## *Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju*

oportunizar uma prática pedagógica mais combatível com as demandas e solicitações dos educandos autistas.

Salienta-se que, Rocha (2012) contribui com a assertiva ao enfatizar que a escolarização do aluno autista é de responsabilidade do professor regente. E, mais, explicita que não se deve apenas formar os profissionais em sala de aula, mas todos os funcionários da instituição devem se conscientizar da presença dessas crianças no âmbito escolar para compreender suas limitações e incluí-los de fato no cotidiano escolar.

### **À Guisa de Conclusão**

O contexto neoliberal em curso condicional as políticas educacionais e, conseqüentemente, a formação dos educadores privilegiando a aquisição e o trabalho com um conhecimento descontextualizado, fragmentado, tecnicista, e acrítico que nada contribui para a formação de educandos conscientes de seu papel social e nem tampouco auxilia as demandas trato dos educandos com TEA.

Nesta acepção, a defesa é pelo arcabouço teórico metodológico do educador pautada em uma formação política, que contribui significativa para a construção da consciência crítica dos sujeitos, subjacente a formação psicopedagógica que fornece os subsídios necessários ao trabalho com educandos autistas. Pois, os educandos com TEA exigem especificidades no atendimento educacional tais como: a elaboração de rotina, a organização do espaço físico, a antecipação das atividades a serem realizadas, o uso de imagens para melhor compreensão dos conteúdos e a elaboração de atividades a partir dos interesses individuais dos discentes, como filmes, jogos, personagens, imagens, entre outros.

Como se sabe o trabalho pedagógico com os alunos autistas exige dos professores, como um todo, conhecimentos específicos sobre o TEA e sobre seu processo de ensino aprendizagem, visto que estes educandos não são iguais, logo necessitam de estratégias e adaptações diferentes, específicas, que a psicopedagogia e uma boa formação política podem oportunizar.

### **Referências**

BRITO, Anita; SALES, Nicolas Brito. **TEA e inclusão escolar: um sonho mais que possível**. São Paulo: Edição do Autor, 2014.

## *Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju*

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. 1891-1937. **Cadernos do cárcere**, volume 2, edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOHN, M. Glória da. Paulo Freire e a formação de sujeitos sociopolíticos. **Revista Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**. Universidade Tuiuti do Paraná - UTP. v. 4 n. 8 jul./dez. Paraná, 2009. Disponível em:

<https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/edicoes>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FREIRE, P. (1921 – 1997). **Política e educação: ensaios**. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LIMA, P. G. Política educacional na perspectiva de Paulo Freire: desafios para os dias contemporâneos. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.1, n.1, jan. -abr. São Paulo, 2015, p.115-124. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/html>. Acesso em: 21 jun. 2025.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. **Parem de preparar para o trabalho: Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica**. In: FERRETTI, Celso João et alii; org. Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola. São Paulo, Xamã, 1999, p. 101-120.

ROCHA, Enid. A constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, Flavio Tonelli; MUSSE, Juliano Sander; SANTOS, Rodolfo Fonseca dos (Coords.). **20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafios da seguridade social**. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, 2008, p. 131 – 148. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras\\_pesquisas/a%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf). Acesso em: 20 maio. 2025.

ROSSO, S. D; CRUZ, H. L; RÊSES, E. S. da. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Pro-posições**, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 111-131, maio/ago. 2011. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/proposic/issue/view>. Acesso em: 21 maio. 2025.

SILVA, T. T; G. P. Escola S.A. – **quem ganha e quem perde no mercado educacional do Neoliberalismo**. 2. ed. Brasília: CNTE, 1999.

*Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação  
de Maracaju*

VASCONCELLOS, C. S. dos. **Para onde vai o professor como sujeito de transformação.** São Paulo: Libertad, 2003.

VISCA, J. **Clínica Psicopedagógica:** epistemologia convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.